

# Os problemas internos da África Central e Ocidental francófona<sup>1</sup> como entraves ao desenvolvimento econômico e social: uma visão crítica das elites africanas

## Los problemas internos de África Central y Occidental francófona como obstáculos al desarrollo económico y social: una visión crítica de las élites africanas<sup>2</sup>

### Internal problems in Francophone countries in West and Central Africa as a barrier to social and economic development: a critique of the African political elite

Recebido em 11-12-2014

Aceito para publicação em 30-10-2015

José Manuel Maroto Blanco<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste ensaio é refletir acerca do papel das elites corruptas da África Subsariana como autênticos entraves ao desenvolvimento, relacionando a sua posição de poder com a aprovação por parte das grandes potências do sistema capitalista global e a nula legitimidade de que gozam. A partir deste ensaio concluímos que a escassa iniciativa política que as elites demonstram em proporcionar desenvolvimento para os seus povos e o abandono de funções, definem-nas como cúmplices de um sistema internacional que marginaliza a maioria da população africana enquanto essas elites desfrutam das vantagens da sua posição.

**Palavras-chave:** África Subsariana; elite; desenvolvimento; corrupção.

---

<sup>1</sup> Para melhor entendimento, a África francófona compreende os seguintes países: Chade, R. C. A., Congo, Gabão, Camarões, Níger, Mali, Benim, Togo, Burkina Faso, Senegal, Costa do Marfim, e incluídos Guiné Equatorial e Guiné Bissau, da *zona do franco CFA*.

<sup>2</sup> Tradução espanhol-português: Nídia Joana Félix Nogueira, licenciada em Línguas e Relações Internacionais pela Universidade do Porto – em Porto, Portugal.

<sup>3</sup> Licenciado em História pela Universidade de Granada (UGR), estudante do Mestrado Oficial de Cooperação para o Desenvolvimento, Gestão Pública e das Organizações Não Governamentais (ONGs) da UGR, e do Mestrado próprio de Igualdade de Género pela Universidade de Castilla-La Mancha (UCLM). Granada, Espanha. E-mail: [marotingo@gmail.com](mailto:marotingo@gmail.com)

**Resumen:** El objetivo de este ensayo es reflexionar sobre el papel de las élites corruptas de África Subsahariana como auténticos frenos al desarrollo, relacionando su posición de poder con el beneplácito que otorgan a las grandes potencias del sistema capitalista global y la nula legitimidad de la que gozan. A partir de este ensayo concluimos que la escasa iniciativa política que las élites muestran en promocionar el desarrollo de sus pueblos y la dejación de funciones, las definen como cómplices de un sistema internacional que margina a la mayoría de la población africana mientras que ellos disfrutan de las ventajas de su posición.

**Palabras clave:** África Subsahariana; élite, desarrollo; corrupción.

**Abstract:** The aim of this paper is to reflect upon the role of a corrupt elite within Sub-Saharan Africa which supposes a real obstacle to its development. Connections are drawn between this elite's own illegitimate political dominance and the cooperation they continue to provide to dominant foreign corporate and political interests. It is argued that these factors directly contribute to their lack of any local political responsibility and to the scarce or inexistent policies they have initiated regarding local development and the welfare of their own people. The paper concludes that such political elites are directly implicated in an international system that marginalizes the majority of the African population in exchange for the short-term benefits to their own their political position.

**Keywords:** Africa Sub-saharan; elites; development; corruption.

## 1. Apresentação

Partindo de teorias dependentistas da Comissão Económico-social para a América Latina (CEPAL) e de alienação marxista sobre o desenvolvimento (entre os quais podemos destacar Samir Amin, C. Palloix, P. Baran e A. Enmanuel), nas quais o subdesenvolvimento é considerado produto da “formação e expansão do capitalismo mundial” e se vê como um fenómeno global que “está ligado às diferentes estruturas existentes nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos” (Cerdá, 2005, p. 7), decidi aprofundar aspectos que se consideram, desde o enfoque neoinstitucionalista que Coastworth denominou de “Economia política do fracasso”, elementos chave na promoção do desenvolvimento (Castellano, 2012).

Entre os autores de referência devemos mencionar D. Acemoglu e J. Robinson (2012), que consideram que na época da colonização se desenvolveram dois tipos de instituições, as extrativas e as inclusivas, sendo estas últimas excludentes, usufruindo somente uma pequena parte da população dos benefícios económico-sociais geridos e perdurando mais além das independências. Nesse sentido, quero enfatizar o papel das elites africanas como

sustentadoras de instituições que não auxiliavam os seus povos e o seu inexistente interesse em ajudá-los para não pôr em perigo a sua posição privilegiada.

Por outro lado, tentarei mostrar deficiências que claramente podem melhorar e que, de uma ou de outra forma advém da má gestão das elites africanas. Estas, por um lado, não põem em questão os problemas estruturais dos países, nada fazendo para melhorar as economias dualistas onde a agricultura e a indústria se encontram em polos opostos, economias que se regem através de orientações internacionais em detrimento das necessidades dos seus povos que detêm uma economia débil pelo fato de serem monoprodutivos e monoexportadores. O “pacto colonial” continua vigente, em parte devido à condescendência das elites devassas e egoístas.

O objetivo deste trabalho não é o de retirar a importância das ingerências externas dos países do Norte que possam ter interesses econômicos e políticos em manter as suas relações de poder sobre estes países africanos do centro e ocidente do continente, como talvez seja o caso da França, as quais conheço e tenho denunciado em algumas publicações científicas anteriores (Maroto, 2014) mas sim, atender a outros fatores internos partindo da tese de que existe uma correspondência entre os países neoimperialistas e as elites ilegítimas dos países desta zona, com o fim de aprofundar este aspeto e de conhecer de maneira mais global e inter-relacionada a realidade desta zona de África. Tudo isto sendo sempre conscientes que muitos problemas como a corrupção, a pobreza ou a desigualdade que nos mostram fontes como Transparência Internacional ou o próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por sua vez, não se podem explicar desvalorizando o papel das grandes potências como legitimadoras destas elites corruptas e em nada representantes da vontade popular. Enalteço as palavras do investigador francês Serge Latouche (2007, p. 209) quando afirma que “ajudar à outra África (a não oficial) passa, sobretudo, por uma autolimitação das nossas sociedades do Norte, e por uma mudança profunda dos nossos modelos e um questionamento do desenvolvimento”.

## 2. Desenvolvimento do ensaio

Uma vez que a maioria dos países desta zona da África Subsariana “são produtos da colonização europeia” (Álvarez Cobelas, 2000, p. 157), deve referir-se que estes países sofreram um péssimo processo de descolonização, apresentando-se nos dias de hoje como sociedades civis débeis, onde a consciência do Estado-Nação é precária, não tendo sido realizado nenhum esforço para fortalecê-las. Há que se acrescentar que alguns setores das mesmas estão fortemente militarizados, impedindo estender a eficácia do governo estatal a todo o território, caracterizando os seus próprios países como “Estados falidos” (Álvarez Cobelas, 2000, p. 157-158) por esta mesma razão.

As respostas mais utilizadas pelas elites têm sido políticas depredadoras, que têm servido para manter o controle de certas zonas, mas que, por sua vez, colocam obstáculos ao desenvolvimento econômico, construindo uma base precária de rendas públicas, impedindo assim o fortalecimento do papel do Estado, e não promovendo o escasso interesse e a capacidade de informar as populações em matérias de saúde, o que prejudica gravemente o desenvolvimento do capital humano (Sebastián, 2013). É inconcebível, por exemplo, que Guiné Equatorial tenha a 45ª maior renda *per capita* e somente a 136ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou que Angola, apresentando o dobro da renda *per capita* do Vietnã, mantenha um nível de mortalidade infantil sete vezes maior do que o país asiático.

Perante a escassa democratização da informação, somente nos últimos anos o uso das novas tecnologias está modificando “los esquemas tanto de participación social y política como en el abanico de instrumentos de movilización” (Castel e Bajo, 2013, p. 91), ainda que o aceso livre à informação ainda sofra os caprichos do poder. Prova disso é que os países mais perigosos para exercer o jornalismo no mundo são Nigéria e Serra Leoa. Outro dos grandes problemas é a relação direta que existe entre os proprietários dos meios de comunicação e as elites políticas. Sendo paradigmático neste sentido, serve de exemplo a Costa do Marfim, onde o diário *Notre Voie* pertencia ao antigo presidente Laurent Gbagbo; o ministro do interior Ahmed Bakayoko possui 95% do editorial *Mayama et Production*; e os editoriais da

imprensa pró-Gbagbo do *Grupo Cyclone SARL* eram controladas pela segunda esposa do ex-mandatário Gbagbo Koudou e seu filho Al Rias David (Sendín, 2014).

Ademais, a ausência de um Estado social agrava-se pela ausência de um Estado de Direito definido. Por um lado, não se aposta nas economias populares, que devem ser um motor de mudança. No caso da África Ocidental devemos destacar também o papel importante das ‘tontinas’, sistema de poupança que tem como objetivo cobrir necessidades sociais, culturais ou econômicas de seus membros e que se baseia na confiança destes. Esta atividade, em que pese realizar-se à margem da economia formal, permite certa liquidez às famílias e acaba configurando-se como elemento capaz de gerar dinheiro real e de ser parte relevante no Produto Interno Bruto (PIB) dos países (Muakuku Rondo, 2003, p. 120-121).

Por outro lado não se trabalha pela coesão social que é “uma fonte de confiança e progresso” (Enghelard, 2003, p. 162-165), sobretudo quando nos últimos tempos a ideia de *autochtones* e *allogènes* está, segundo Gelchiere (2012), mais presente com todos os problemas sociais que transporta. Isto se acentua com a presença dos etnofascismos (Kabunda, 2009) em que um continente onde a emigração intra-africana é mais importante da que se realiza para o Ocidente e Médio Oriente (Chabal, 2011), supondo esta última, quando se dirige aos países ricos. Uma arma dos dirigentes africanos para pressionar esses mesmos países para que aumentem as suas ajudas para o desenvolvimento, encobrindo desta forma a injustiça dos seus altos níveis de vida frente aos das populações africanas, é a emigração. Não se pode descurar que a razão primordial destas emigrações radica num sistema global desigual (Kabunda, 2008).

Um exemplo é encontrando no Plano REVA (*Retour vers l’agriculture*) que se leva a cabo em Senegal e conta com ajuda da cooperação espanhola dentro de um enfoque de migração e desenvolvimento. Este plano tem como objetivo substituir o sistema agrícola do país, passando da subsistência para a exportação. Ele tem provocado êxodo rural e produzido contradições ambientais entre a teoria e a prática, pois é aplicado de cima para baixo, e não a partir de uma ótica local. Assim, prioriza-se a internacionalização das empresas que operam neste Plano. Os interesses das elites são vistos representados em maior medida que

os das populações e, neste contexto, a cooperação espanhola está inserida numa dinâmica clássica desenvolvimentista, na qual são poucas as empresas espanholas beneficiadas. Um trabalho muito interessante sobre o tema foi realizado por Eva Martínez e Juan Rivero (2010) no qual os autores manifestam grandes contradições destes projetos.

Nos ‘danificados’ Estados de Direito observa-se a mais dolorosa ausência de regras nos setores mais capitalizados da população. Exemplo disso é a exploração infantil que documenta, de maneira excepcional, Xaquín López (2008) na Nigéria e na Costa do Marfim, na qual participam familiares das crianças (meninos, neste caso) escravizadas e elites comerciais do Benim, Togo, Gana e Costa do Marfim, entre outros.

Outro ponto negativo apontado a estes chefes de estado é o abandono do controle público de serviços como a água e a defesa e extração de recursos petrolíferos e minerais a mãos estrangeiras agravando desta forma as desigualdades já existentes (Chabal, 2011). Esta situação acarreta graves consequências para o meio ambiente e estagna a já existente falta de interesse em encontrar soluções para os problemas estatais existentes. Tal fato tem repercussões gravíssimas na tentativa de elaboração de planos de desenvolvimento, quer sejam elaborados pela Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) quer por parte dos próprios Estados africanos. Como exemplos de planos de desenvolvimento mal efetuados temos o *Marco de Programación del País* (2013-2017) para a Guiné Equatorial e os dados do Banco Mundial para o mesmo país de 2004 sobre o uso da água potável que não estão atualizados.

O autor Albert Roca apresenta (ainda que não defenda) o argumento do aumento da corrupção como fator esclarecedor do ‘atraso africano’ e da permanência dos efeitos negativos da denominada ‘cultura do assistido’ em relação à ajuda oficial para o desenvolvimento, que provém dos denominados países ricos. Esta situação é equivalente à ‘cultura do projeto’ na América Latina e a dos ‘cultos cargos’ na Oceania, onde predomina a ajuda estrangeira para o desenvolvimento local, sem uma participação muitas vezes responsável e pró-ativa por parte dos países beneficiários, pondo em causa esta situação, as relações sociais autóctones existentes (Roca, 199, p. 205-256).

## QUADRO 1:

Índice de percepções de corrupção da transparência internacional:  
Espanha, Brasil e 4 países CEMAC e 4 UEMOA (África Subsariana)

	2010	2011	2012	2013	2014
Espanha	61	62	65	59	60
Brasil	37	38	43	42	43
Camarões	22	25	26	25	27
Guiné Equatorial	19	19	20	19	-
Gabão	28	30	35	34	37
Rep. Centrafricana	21	22	26	25	24
Guiné Bissal	21	22	25	19	19
Senegal	29	29	36	41	43
Burkina Faso	31	30	38	38	38
Costa do Marfim	22	22	29	27	32

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Transparência Internacional.

Por outro lado, a pouca diversificação das suas economias, visto que todos estes países obtêm a maior parte dos seus ingressos da exportação de um número bastante limitado de produtos básicos e/ou petróleo (UNCTAD, 2008), coloca-os numa situação de dependência no que se refere às suas importações, o denominado *staple trap* (Engelhard, 2003). Além disso, as elites aceitam as formas neoliberais de desenvolvimento que lhes ditam desde o Norte, ignorando que os próprios países ricos, um dia, fizeram do protecionismo uma arma importantíssima para promover as suas economias nacionais (Chang, 2002). Esta estrutura econômica beneficia, não obstante, os círculos próximos aos ditadores. Estes possuem a maior parte das empresas importantes africanas e paraísos fiscais na Europa. Este é o caso da família Obiang, questão a ser abordada na continuação do trabalho, que foi investigada por parte de tribunais franceses e norte-americanos (Maroto, 2014).

Ao analisar os processos de integração econômica no Norte e no Sul, entendendo o Norte como o grupo de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Sul como os países equivocadamente chamados de 'menos desenvolvidos', foi utilizada uma análise comparativa entre a União Europeia e a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), comprova-se que os segmentos utilizados nas últimas duas instituições foram distintos dos utilizados na primeira, já que estas duas últimas uniões são somente

monetárias e não econômicas. É importante dizer que os francos utilizados por estas duas instituições monetárias são controlados a partir do Tesouro Francês, o que impossibilita que os Estados da zona do franco possam alterar o preço da moeda e, assim sendo, aceitam a supervisão da França no provisionamento de dinheiro, detendo esta última um papel estrutural de destaque na elaboração da política da zona (Chabal, 2011). A priori, a questão que se coloca relaciona-se com os motivos que condicionam a construção de uma união monetária e econômica real que possa aumentar os fluxos comerciais e favorecer o desenvolvimento tal como refere à Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED).

**MAPA 1:** Países membros da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)



**Fonte:** Disponível em: <https://frkonan.wordpress.com/2012/10/27/la-zone-franc-bilan-de-40-anees-de-croissance-mitigee/>



A resposta é que, por um lado, há quem afirme que os principais problemas para gerar desenvolvimento mediante a integração são as disparidades nacionais, a escassez de infraestruturas e a pouca complementaridade das economias, assim como a insegurança e instabilidade dos países (Expósito e Mohedano, 2004), enquanto outros autores consideram que as elites não têm vontade política de fazer com que os seus países deixem de ser atores marginais da globalização (Santamaría, 2007). Existem ainda argumentos que consideram como fatores importantes a prioridade dada ao Estado-Nação sobre as construções supranacionais, a ilegitimidade das elites como representantes da vontade popular, a existência de conflitos por interesses econômicos entre os próprios países membros ou entre países membros e fronteiriços (Gabão e Guiné Equatorial por temas petrolíferos na sua zona marítima; Nigéria e Camarões por temas fronteiriços ou guerras civis na República Centroafricana, por exemplo). Será importante referir que, no contexto apresentado, o estado francês não irá mudar sua postura de modo a substituir a sua relação vertical de domínio por uma mais igualitária (Kabunda, 2002). Esta situação dá-se de forma a permitir a manutenção dos seus privilégios nas trocas desiguais, como assegurou Samir Amin (2005). Outros enfatizam a escassez de trocas comerciais, que só entre membros da CEMAC chegou a ser apenas de 2% (Sodupe e Moure, 2009). Por sua vez, Peñas (2000, p. 73) considera importante a condicionalidade política das ajudas que tem tentado impor lógicas distintas às das sociedades africanas, e também as denúncias, como já assinalamos antes, dos danos das burguesias econômicas e políticas africanas educadas em França (Bayart, 1999).

Perante este panorama, no qual países como França dependem das matérias-primas das suas antigas colônias, propicia-se que sigam exercendo-se comportamentos neocoloniais (Fontana, 2014), onde a própria desigualdade aumenta entre os países e aos quais se somam os problemas ambientais (Oya, 2007), os 'micronacionalismos' e as políticas exteriores contra a cooperação Sul-Sul, assim como os solapamentos em diversas uniões econômicas (Kabunda, 2011). Subsequente a esta situação, as elites continuam a não demonstrar nenhum interesse em melhorar a recepção de investimentos diretos de outros atores como os dos países emergentes (Moyo, 2011), nem trabalhar seriamente na criação de um grande mercado africano que canalize os investimentos estrangeiros para a criação de emprego no próprio continente (Bodomo, 2011).

Como refere Kabunda (2009), os dirigentes, formados em realidades distintas às dos governantes, converteram-se em aliados dos “falsos amigos franceses” (Kabunda, 2009, p. 87-88) denominados por Hugué de ‘chefes de tribo’ da África Negra. Como consequência direta, os países da *Françafrique* continuam a estar, nesse sentido, dominados por elites ao serviço dos interesses estrangeiros em geral e franceses em particular. Falar de desenvolvimento igualitário em África pode parecer inútil, como bem pensavam os falecidos Sylvanus Olympio e Thomas Sankara, personagens importantes da construção do pensamento civil das sociedades do Togo e Burquina Faso.

### 3. Elites a serviço da desigualdade global do sistema capitalista

São numerosos os exemplos em que encontramos uma relação simbiótica entre o sistema neoliberal imperante e o benefício de algumas elites corruptas na África. Um exemplo paradigmático ao largo da história é encontrado durante a Guerra Fria, em que, por exemplo, a atual República Democrática do Congo foi governada por Mobutu Sese Seko, tendo este controlado cerca de 70% da riqueza do país, sendo responsável por 80% das dívidas contraídas pelo Estado. Os grandes bancos ocidentais, encarregados de resgatar os países endividados mediante enormes créditos se consolidaram como grandes aliados das elites locais. O fato dos bancos seguirem uma política de ‘não fazer perguntas’ ou, por exemplo, a escassa cooperação de bancos britânicos com a Nigéria para a recuperação deste país de um bilhão de dólares roubados por Sonny Abacha e depositados naqueles bancos, dão uma clara imagem a respeito do assunto (Allum *et al.*, 2010)

Os grandes resgates financeiros também provocaram, por exemplo, os conhecidos Planos de Ajuste Estrutural (PAE). Estes acabaram por impor reduções de gastos públicos, privatizações, retirada de subsídios à agricultura e às indústrias locais africanas (enquanto a União Européia, sem embargo, apóia com ajudas econômicas os seus agricultores, podendo competir desta forma no mercado) ou as chamadas de investimentos estrangeiros em setores nos quais os direitos trabalhistas não estão protegidos. Com tudo isto e a partir da má gestão das elites, assim como seus comportamentos despóticos, foi aberta a porta mais

feroz do capitalismo, com a aprovação das potências estrangeiras e a colocação das populações africanas em situações crônicas de injustiça e desigualdade (Allum, 2010).

Quanto às PAE's mencionadas, devemos assinalar que um de seus principais objetivos foi o de adaptar os países africanos às novas condições do modelo neoliberal. No entanto, apesar dos informes de instituições como o Banco Mundial terem sido tremendamente positivos em relação aos efeitos destas políticas, a sociedade civil e o mundo acadêmico não tardaram em criticá-las, sobretudo pelos impactos sociais negativos e o aumento da pobreza nos países (Colom, 2007, p. 16-17).

Além disso, devemos criticar, segundo a linha de Phillippe Hugon (2011), o prejuízo que as ajudas européias para a agricultura geram para os pequenos agricultores africanos. As ajudas européias têm por objetivo fechar as fronteiras aos produtos de fora da Europa e acabam deslocando os próprios africanos de seus mercados nacionais. Estamos diante de um caso flagrante de *dumping* ou concorrência desleal (UUNN, 2011, p. 2-9).

Por outro lado, informes como o da *Africa Progress Panel* (2013) consideram que, apesar da possibilidade dos recursos naturais do continente poderem gerar melhora nos níveis de vida da população, a evasão fiscal, a corrupção e a débil governança são desafios de grande alcance que muitas das ações imorais e pouco éticas de diversas empresas que operam no continente contam com a aprovação dos dirigentes desonestos em benefício próprio.

Neste contexto, até mesmo a Ajuda Oficial se configura como uma ferramenta de política externa dos países a respeito dos países do Sul, onde esta 'ajuda' é, entre outras coisas, negociada como contrapartida a obtenção de privilégios comerciais (Ovejero, 2008, p. 140-148). É incompreensível, por exemplo, que um país como a Guiné Equatorial, tendo uma elevada renda *per capita*, tenha sido priorizado nas ajudas bilaterais da Espanha.

#### 4. Guiné Equatorial e a família Obiang. A corrupção a serviço do capital estrangeiro e elitista

A Guiné Equatorial, com uma das mais altas rendas *per capita* do hemisfério sul, conta com 75% de sua população abaixo da linha da pobreza. Um dos grandes culpados desta situação é a família Obiang, que ostenta o poder no país africano desde o golpe de Estado ocorrido em 1979. Sua forma de governo foi denominada como ‘democratura’ com o intuito de definir um sistema político com aparência de democracia, mas um regime ditatorial e corrupto na prática (Liniger-Goumaz, 1992).

Mais ainda, Alicia Campos afirma que não existe no país liberdade de voto e ocorre até mesmo o falseamento dos censos (Campos, 2011), com a aprovação internacional. Enquanto entre 70% e 80% da população são pobres, os salários dos políticos chegam a somar 50.000 euros e um patrimônio que supera os 700 milhões de euros (Maroto, 2014, p. 180). O clã Obiang conta com imunidade política e aprovação. Prova disso é que “su dictador ha tenido el honor de que su nombre sea propuesto para bautizar un premio de la UNESCO” (Maroto, 2014, p. 179).

A extrema corrupção é uma das características do país subsaariano. Rosendo Ondo Masa (2015) chega a afirmar que “un perro en occidente tiene más derechos que un guineano en su propio país”, deixando patente que a causa é a existência de um governo gerido por analfabetos, corruptos e assassinos.

Um dos pontos mais interessantes a refletir em torno da corrupção e o sistema capitalista é a relação entre a cooperação e o setor de construção. Segundo a investigação do *International Herald Tribune* “la corrupción en el dominio de la construcción y de la ingeniería es un fenómeno típicamente occidental porque involucra a los principales inversionistas globales” (Deneult, 1997), com o que voltamos a lembrar a “responsabilidad invisible” dos interesses econômicos ocidentais. Mas não podemos nos esquecer da responsabilidade das elites da Guiné Equatorial, no sentido em que empreende o antropólogo Gustau Nerín (2011, p. 174). Nerín lembra a construção pelo governo, com recursos públicos, de hospitais privados acessíveis a somente uma minoria e acaba sendo

paga em parte pela cooperação estrangeira. Mansogo (2011), ativista pelos Direitos Humanos, passou quatro meses no cárcere por denunciar, entre outras coisas, que muitas clínicas públicas funcionam como se fossem privadas e baseadas em acordos externos do país ou em propostas pessoais do ditador. Estes são alguns dos acontecimentos ante os quais a comunidade internacional tem se calado permanentemente. Na verdade, enquanto estas linhas são escritas o filho de Obiang participa do Carnaval do Rio de Janeiro, apoiando a escola de samba Beija-Flor, que obteve o patrocínio de 10 milhões de reais junto ao governo da Guiné Equatorial (EFE, 2015).

Outro dos pontos importantes é a existência dos chamados ‘elefantes brancos’, que fazem referência, dentro de um mito birmano, a propriedades que apresentam desproporcionalidade entre o custo e a utilidade ou valor. Atualmente declaramos como ‘elefantes brancos’ quando referimos a grandes e caras construções que tem pouco valor prático, mas que requerem altas somas de dinheiro para sua manutenção. Tais estruturas não têm impacto na economia real, servindo para engordar os bolsos das elites com suculentos subornos e comissões. Segundo Fernando Abaga, para o caso concreto da Guiné Equatorial as obras de infraestrutura neste sentido tem algumas utilidades, conforme se apresenta:

- Busca de legitimidade política por parte das elites, tanto no âmbito interno como externo;
- Projeção do poder;
- Passar a impressão de que os recursos petrolíferos são destinados a atividades benéficas para o país.

No caso deste país subsaariano governando pelo ditador Teodoro Obiang Nguema, o mesmo autor destaca duas grandes obras de infraestrutura que podem ser chamadas de ‘elefantes brancos’:

- O porto de Malabo. Trata-se de um porto que estaria destinado única e exclusivamente à importação. A Guiné Equatorial importa tudo que consome e exporta tudo que produz, pois o petróleo (que compõe mais de 90% do valor das suas exportações) se exporta desde o alto mar. O porto não faz nada a não ser consolidar a divisão internacional do trabalho, estando a serviço das grandes multinacionais.

- A central hidrelétrica de Djibloo. A central pretende, segundo Abaga, cobrir as necessidades de toda a região continental, a antiga Rio Muni. Ainda, se propõe a exportar aos países vizinhos Camarões e Gabão. O pesquisador denuncia que não existe uma estrutura para a manutenção da central, a gestão é problemática e o governo se vê incapaz de lhe fazer boas intervenções. Ademais, é preciso ser familiar de Obiang ou membro ativo do PDGE (o partido dominante) para poder influir na construção, sendo desperdiçado capital humano qualificado. Por outro lado o autor também destaca que nem o Gabão e nem Camarões necessitam importar eletricidade e que apesar da magnífica obra, Guiné Equatorial consome atualmente apenas 52,438 kw/h por habitante, situando-se abaixo inclusive do Haiti (Abaga, 2010).

O caso de Guiné Equatorial é paradigmático de como as elites corruptas podem beneficiar-se enormemente dos sofrimentos de seu próprio povo e do capitalismo neoliberal. A família Obiang não foi eleita democraticamente e não representa a realidade que vive o povo de Guiné Equatorial, pelo que considero que uma real democratização do país pode acabar com uma família que não tem feito nada a não ser representar os interesses do capitalismo estrangeiro na Guiné Equatorial.

## 5. Considerações finais

Em suma, toda a proposta para o desenvolvimento africano deve passar por uma democratização do continente que se baseie nas próprias culturas africanas, ainda que esse segmento suponha já por si um questionamento da ordem mundial no continente africano.

“A luta Primeiro Mundo/Terceiro Mundo desenvolve-se não só entre nações, mas também no seio dessas mesmas nações, com relações (...) entre grupos dominantes e subalternos” (Sohat, 2008, p. 105).

Como refere Amartya Sen na sua obra ‘O valor da democracia’, a participação e a liberdade política são imprescindíveis à existência humana. O valor instrumental da democracia é a chave para “garantir responsabilidades e rendição de contas” (Sen, 2006, p. 77-78). É de importância vital para as sociedades pelo seu papel na formação de valores e o conhecimento das necessidades, direitos e obrigações dos cidadãos (Sen, 2006). Negar que estas capacidades se tenham desenvolvido na África Subsaariana antes da chegada dos conquistadores europeus é um tremendo erro.

## 6. Referências

ABAGA, Fernando (19 diciembre 2010). “...De las infraestructuras, los monumentos faraónicos y los elefantes blancos...”. *Guinea Ecuatorial*. <http://www.guinea-ecuatorial.net/ms/main.asp?cd=ni7596>

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James (2012). *Por qué fracasan los países: Los orígenes del poder, la prosperidad y la pobreza*. Barcelona: Deusto.

AFRICA PROGRESS PANEL. (2013). *Africa's natural resources could dramatically improve the lives of millions*. <http://app-cdn.acwupload.co.uk/wp-content/uploads/2013/08/2013PRESS RELEASE Equity in Extractives ENG.pdf>

ALLUM, Liz, LOWE, Barbara, MADEIRA, Bente, RICHARDS Dave e ROBINSON, Louise (2010). *¿Por qué África es tan pobre y Europa tan rica?* Vitoria-Gasteiz: Hegoa. Patnership for Change. [http://publ.hegoa.efaber.net/assets/pdfs/262/Africa\\_tan\\_po\\_bre\\_y\\_Europa\\_tan\\_ri\\_ca.pdf?1317214075](http://publ.hegoa.efaber.net/assets/pdfs/262/Africa_tan_po_bre_y_Europa_tan_ri_ca.pdf?1317214075)

ÁLVAREZ COBELAS, Juan (2000). “El África Subsahariana y el concepto del *Falling State*: sus consecuencias en el derecho internacional”. In: Peñas, Francisco Javier (ed). *África en el Sistema Internacional. Cinco siglos de frontera*. Madrid: La Catarata.

AMIN, Samir (2005). *El intercambio desigual*. Argentina: Ed. Garetto.

BAYART, Jean François (1999). *El Estado en África*. Barcelona: Bellaterra.

- BODOMO, Adams (2011). *La globalización de las inversiones en África*. Madrid: La Catarata.
- CAMPOS SERRANO, Alicia (2011). *“Petróleo y Estado postcolonial: transformaciones de la economía política en Guinea Ecuatorial, 1995-2010”. Implicaciones para la coherencia de políticas españolas*. Madrid: Fundación Carolina.
- CASTEL, Antoni y Bajo Erro, Carlos (2013). *Redes sociales para el cambio en África*. Madrid: La Catarata.
- CASTELLANO, Fernando (2012), “Economía política del desarrollo, análisis poscolonial y “malos samaritanos””, *Revista Problemas del Desarrollo*, n.169 (43), pp.27-50
- CERDÁ MORALES PADILLA, Soraya Sirikit (2005), “Aproximación teórica al desarrollo”, *Aposta. Revista de Ciencias Sociales*, n.20, pp.1-28. [Consulta: 1 de diciembre de 2014] <http://www.apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/soraya.pdf>
- CHABAL, Patrick (2011). *África: la política de sufrir y reír*. Barcelona: Oozebap.
- CHANG, Ha-Joon (2002). *Retirar la escalera, La estrategia del desarrollo en perspectiva histórica*. Madrid: La Catarata.
- COLOM JAÉN, Artur (2007). “África en la economía mundial: del imperialismo al Ajuste Estructural y más allá”. In: Martínez Peinado, Javier y Sánchez Tabarés, Ramón (eds.). *El futuro imposible del capitalismo: ensayos en memoria de José María Vidal Villa*. Barcelona: Icaria Editorial.
- DENEULT, Alain (1997). *NEGRO CANADA. Saqueo, corrupción y criminalidad en África*. <http://www.rebellion.org/docs/149755.pdf>
- EFE (19 febrero 2015). “Un polémico desfile gana el Carnaval”. *Diario de Navarra*. [http://www.diariodenavarra.es/noticias/mas\\_actualidad/sociedad/2015/02/19/un\\_polemico\\_o\\_desfile\\_gana\\_carnaval\\_195921\\_1035.html](http://www.diariodenavarra.es/noticias/mas_actualidad/sociedad/2015/02/19/un_polemico_o_desfile_gana_carnaval_195921_1035.html)
- ENGELHARD, Philippe (2003). *África, ¿Espejo del mundo?* Madrid: Akal.
- EXPÓSITO, Pilar y MOHEDANO, Isabel (2004). “Procesos de integración en África”. *Estudios Económicos de Desarrollo Internacional. AEEADE*, n.4 (1), pp. 105-134
- FONTANA, Josep (2013). *Por el bien del Imperio. Una historia del mundo desde 1945*. Barcelona: Pasado y Presente.
- GESCHIERE, Peter (2012). *Política de la pertenencia: Brujería, autoctonía e intimidad*. México D.F.: Efe.



HUGON, Phillippe (2011). “Europa y África: relaciones y desafíos. Tendencias económicas”. **AFKAR/IDEAS**, Invierno de 2010/2011. [http://www.iemed.org/observa\\_tori/arees-danalisi/arxius-adjunts/afkar/afkar-ideas-28/24Hugonesp\\_lesaca.qxd.pdf](http://www.iemed.org/observa_tori/arees-danalisi/arxius-adjunts/afkar/afkar-ideas-28/24Hugonesp_lesaca.qxd.pdf)

KABUNDA, Mbuyi (2011). “Integración regional en África: ¿complementariedad o contradicción con la cooperación Sur-Sur?”. In: Kabunda, Mbuyi (coord.). **África y la cooperación con el Sur desde el Sur**. Madrid: La Catarata.

\_\_\_\_\_. (2009). “Sistemas y estructuras políticas del continente africano”. In: Sodupe, K., Kabunda, M., y Moure L., (Coords). **Africa Subsahariana. Perspectivas sobre el subcontinente en un mundo global**. Guipuzkoa: Editorial de la Universidad del País Vasco.

\_\_\_\_\_. (2008). “Inmigración y desarrollo: el caso africano”. In: Díaz J. A., (Coord.). **Migraciones y Codesarrollo**. Tenerife: Cooperación Canaria.

\_\_\_\_\_. (2002). “Integración regional en África: perspectivas para el siglo XXI”. In: Kabunda, M. (Coordinador). **África subsahariana ante el nuevo milenio**. Madrid: Ediciones Pirámide.

LATOUCHE, Serge (2007). **La otra África. Autogestión y apaño frente al mercado global**. Barcelona: Oozebap.

LINIGER-GOUMAZ, Max, (1992). **La démocratie: Dictature camuflé; démocratie truquée**. París: Editions L’Harmattan.

LÓPEZ, Xaquín, **Las fronteras se cruzan de noche**. Madrid: Foca. 2008.

MANSOGO ALO, Wenceslao, (6 julio 2011). “Un Sistema Sanitario Roto en Guinea Ecuatorial”. **EG Justice**. <http://www.egjustice.org/es/post/un-sistema-sanitario-roto-en-guinea-ecuatorial>

MAROTO BLANCO, José Manuel, “La Ayuda Oficial al Desarrollo española en Guinea Ecuatorial: un análisis crítico”, **Cuadernos Geográficos**, n.53 (1), pp.160-188. <http://revistas.ugr.es/index.php/cuadgeo/article/view/1473/2442>

MARTÍNEZ, Eva y RIVERO, Juan (2010). “Luces y sombras en la vinculación del fenómeno migratorio y de las políticas de desarrollo: el caso del Plan REVA”. In: Revilla, M. e Suárez, I. (ed.). **Migración, crisis y conflicto en África Subsahariana**. Madrid: Fundación Carolina.

MARTÍNEZ CARRERAS, José U., (1983). **Introducción a la Historia Contemporánea. Desde 1917**. Madrid: Istmo.

MATEOS MARTÍN, Óscar (S.F.) **África, el continente maltratado. Guerra, expolio e intervención internacional en el África negra**. <http://www.fcp.uncu.edu.ar/upload/africa-martin.pdf>

MOYO, Dambisa (2011). **Cuando la ayuda es el problema. Hay otro camino para África**. Madrid: Fundación Faes.

ONDO MASA, Rosendo (10 febrero 2015). "Guinea: un Estado sin derecho". *Guinea Ecuatorial*. <http://www.guinea-ecuatorial.net/ms/main.asp?cd=ni9273>

OVEJERO BERNAL, Anastasio (2008). "Desigualdad, subdesarrollo y pobreza en la actual globalización ultraliberal". *Eikasia. Revista de Filosofía*, año III, n. 18. <http://www.revistadefilosofia.org/18-08.pdf>

OYA, Carlos (2007). "Crecimiento y desarrollo económico: ¿Una "dummy" africana?". In: Oya, C. y Santamaría, A. (Eds.). *Economía política del desarrollo en África*. Madrid: Ediciones Akal.

OYA, Carlos y SENDER, Jonh B. (2007). "Pobreza y empleo en África Subsahariana: Mitos y Realidades". In: Oya, C., y Santamaría, A., (eds.). *Economía política del desarrollo en África*. Madrid: Akal.

PEÑAS ESTEBAN, Francisco Javier (2000). "Diplomacia humanitaria, protectorados y política de cañoneras: África subsahariana, estatalidad, soberanía y tutela internacional". In: Peñas E., F. J. (ed.). *África en el sistema internacional. Cinco siglos de frontera*. Madrid: La Catarata.

ROCA ÁLVAREZ, Albert (1999). "La corrupción o el lado cultural del desarrollo: el paradigma equívoco del África negra". In: Bretón, V., García, F., y Roca, A., (eds). *Los límites del desarrollo. Modelos "rotos" y modelos "por construir" en América Latina y África*. Barcelona: Icaria.

RONDO IGAMBO, Muakuku (2003). *Pobreza, desarrollo y globalización en el sur del sur*. Barcelona: Ediciones Carena.

SANTAMARÍA, Antonio (2007). "Comercio, globalización e integración regional". In: Oya, C. y Santamaría, A. (Eds.). *Economía política del desarrollo en África*. Madrid: Ediciones Akal.

SEBASTIÁN, Carlos (2013). *Subdesarrollo y esperanza en África*. Barcelona: Gutenberg.

SEN, Amartya (2006). *El valor de la democracia*. Madrid: El Viejo Topo.

SENDÍN GUTIÉRREZ, José Carlos (2014). "Medios de comunicación y democratización en África". *Pueblos-Revista de Información y Debate*, n. 63. [www.revistaueblos.org/?p=18418](http://www.revistaueblos.org/?p=18418)

SODUPE, Kepa y MOURE, Leire (2009). "Una visión multidimensional del África Subsahariana". In: Sodupe, K., Kabunda, M., y Moure, L., (Eds). *África Subsahariana. Perspectivas sobre el Subcontinente en un Mundo Global*. Guipuzkoa: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

SOHAT Ella (2008). "Notas sobre lo postcolonial". In: Mezzadra, Sandro (Compilador). *Estudios Postcoloniales. Ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños.

UNCTAD (2008). *La transformación del panorama de los productos básicos en el siglo XXI*. Nota preparada por la secretaría de la UNCTAD. [http://unctad.org/es/docs/td428\\_sp.pdf](http://unctad.org/es/docs/td428_sp.pdf)

UUNN. Office of the United Nations High Commissioner to Human Rights. Special Procedures of the Human Rights Council. (2011). *The Common Agricultural Policy towards 2020: The role of the European Union in supporting the realization of the right to food*. [http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/20110617\\_cap-reform-comment.pdf](http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/20110617_cap-reform-comment.pdf)